

Deputados do PMDB tentaram até o fim evitar aprovação da conversão

BRASÍLIA — Um grupo de parlamentares do PMDB tomou de assalto, ontem, a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), na tentativa de impedir que fossem aprovadas as regras para a conversão da dívida externa em investimentos no País. De nada adiantou esta investida, porque o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, “deixou evidente que a decisão seria irreversível”, como comentou, depois, o líder do grupo, Deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), que deixou o Ministério da Fazenda antes da decisão sobre o assunto.

Mas, apostando na máxima de que “em política nada é irreversível”, Paulo Ramos, autor da proposta aprovada na Comissão de Sistematização de que a conversão da dívida deve ser decidida pelo Congresso,

deixou o Ministério, com uma ameaça:

“se a medida for adotada pelo CMN, teremos de exigir que o Ministro Bresser Pereira saia do quadro partidário, porque terá adotado uma decisão que contrária à orientação do partido”.

O chegada dos Deputados atrasou a reunião do CMN em uma hora. O grupo de parlamentares era formado por Haroldo Sabóia (PMDB-MA), Wilson de Souza (PMDB-SC), Nelton Frederich (PMDB-PR), Rose de Freitas (PMDB-ES) e Vicente Bogo (PMDB-RS) e o representante do PT, Lisânias Maciel. Eles saíram inconformados com a atitude do Ministro, que afirmou não estar ciente da decisão da Convenção do PMDB, em julho, de que atribuiu ao Congresso Nacional a decisão sobre a conver-

são da dívida.

— O Deputado Paulo Ramos classificou as regras de conversão da dívida em investimento como uma forma de burlar a moratória.

Ele não concordou com as ponderações de que a Constituinte está provocando uma paralisação das atividades do País. “O que paralisa o País é a falta de vínculos entre o Legislativo e o Executivo”, insistiu o parlamentar comentando, ainda, os riscos que o Governo poderá enfrentar com a desnacionalização da economia brasileira, que já convive com sérios problemas internos e um forte arrocho salarial.

Os parlamentares entregaram a Bresser Pereira um documento ponderando que a conversão da dívida havia sido vetada pela Comissão de Sistematização da Constituinte.